

Opper Investimentos S.A.

CNPJ nº 10.291.050/0001-29 – NIRE 35.300.360.621

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2025

**1. Data, Horário e Local:** Ao 25 (vigésimo quinto) dia do mês de novembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **Opper Investimentos S.A.** (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Escritórios Europa, Torre B, Jardim Paulista, CEP 01407-200. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76 (“LSA”), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant’anna; Secretário: Edmar Brigueu. **4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca: **(i)** da distribuição de dividendos à conta de resultado do exercício, conforme balançete de verificação levantado em 30 de setembro de 2025; **(ii)** da conversão de parte das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia, em ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito de voto; **(iii)** do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais), mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros e de parte do resultado do exercício, sem a emissão de novas ações; **(iv)** da alteração do percentual pago a título de dividendos mínimos obrigatórios; **(v)** da alteração dos artigos 4º e 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** da consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas, representando a totalidade do capital social, deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer reservas, restrições ou ressalvas, o quanto se segue: **(i)** Aprovar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário; **(ii)** Aprovar a declaração proporcional de dividendos intermediários, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a serem distribuídos aos acionistas atuais à conta de resultado do exercício da Companhia, conforme apurado no balançete de verificação da Companhia levantado em 30 de setembro de 2025; **(iii)** Autorizar a Diretoria a declarar dividendos adicionais aos atuais acionistas à conta dos resultados apurados no mês de dezembro de 2025, mediante o levantamento de balançete de verificação específico da Companhia, cujos valores deverão ser posteriormente ratificados na assembleia geral ordinária que aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** Consignar que os dividendos ora declarados deverão ser (a) pagos aos respectivos beneficiários até 31 de dezembro de 2028, de acordo com o fluxo e a disponibilidade de caixa da Companhia, a critério da Diretoria, ou (b) capitalizados pelos respectivos beneficiários até 31 de dezembro de 2028, a critério dos acionistas; **(v)** Aprovar, observado o limite legal estabelecido no artigo 15, §2º da LSA, a conversão de 10.400.000 (dez milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da acionista **Ana Maria Marcondes Penido Sant’anna**, em 10.400.000 (dez milhões e quatrocentas mil) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com as seguintes características: **(a)** as ações preferenciais não conferirão direito de voto a seus titulares; **(b)** as ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo anual fixo e cumulativo no montante de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação, cujo valor será atualizado monetariamente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que venha a substituí-lo, apurada em base anual na data de 31 de dezembro de cada exercício, iniciando-se a primeira atualização em 31 de dezembro de 2026; e **(c)** as ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, conforme previsto no artigo 17, I e II da LSA; **(vi)** Desta forma, o capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.105.000.000,00 (um bilhão, cento e cinco milhões de reais), representado por 268.373.457 (duzentas e sessenta e oito milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal passa a ser representado por 268.373.457 (duzentas e sessenta e oito milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações, sendo 257.973.457 (duzentas e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações, sendo 257.973.457 (duzentas e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 10.400.000 (dez milhões e quatrocentas mil) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, R\$ 1.725.000.000,00 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões de reais), representado por 268.373.457 (duzentas e sessenta e oito milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações, sendo 257.973.457 (duzentas e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 10.400.000 (dez milhões e quatrocentas mil) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. **(viii)** Aprovar a alteração do percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório, passando de 25% (vinte e cinco por cento) para 5% (cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício; **(ix)** Aprovar, em vista das deliberações acima, a alteração dos artigos 4º e 5º do Estatuto Social, que passarão a vigorar com as seguintes novas redações: **“Artigo 4º - O capital social é de R\$ 1.725.000.000,00 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e bens, dividido em 268.373.457 (duzentas e sessenta e oito milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações, sendo 257.973.457 (duzentas e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 10.400.000 (dez milhões e quatrocentas mil) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. §1º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. §2º - As ações preferenciais (i) não conferem direito de voto a seus titulares; (ii) conferem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendo anual fixo cumulativo no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação, cujo valor será atualizado monetariamente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que venha a substituí-lo, apurada em base anual na data de 31 de dezembro de cada exercício, iniciando-se a primeira atualização em 31 de dezembro de 2026; e (iii) terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. §3º - A sociedade poderá aumentar o capital social mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais respeitando limite estabelecido na legislação vigente. Artigo 5º - Os acionistas, ressalvados os casos previstos em lei, terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido respectivo.” (x) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme texto constante do Anexo I à presente; e **(xi)** Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas contábeis e operacionais necessárias à implementação desta deliberação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e, em seguida, enviada para coleta de assinaturas. São Paulo, 25 de novembro de 2025. Mesa: Ana Maria Marcondes Penido Sant’Anna, Presidente da Mesa; Edmar Brigueu, Secretário da Mesa. **Acionistas:** Ana Maria Marcondes Penido Sant’Anna e Timóteo Desenvolvimento Imobiliário Ltda., .p. Ana Maria Marcondes Penido Sant’Anna. JUCESP nº 425.820/25-7 em 02/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º -** A Opper Investimentos S.A. é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Escritórios Europa, Torre B, Jardim Paulista, CEP 01407-200, regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **§Único -** Por deliberação da Diretoria, a Sociedade poderá criar ou suprimir sucursais, filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 2º -** A Sociedade tem por objeto social: (i) a participação em sociedades que explorem, direta ou indireta, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis infraestruturas metroviárias e aeroportuárias e negócios afins; e (ii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Ações e Acionistas. Artigo 4º -** O capital social é de R\$ 1.725.000.000,00 (um bilhão, setecentos e vinte cinco milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, em Moeda corrente nacional e bens dividido em 268.373.457 (duzentas e sessenta e oito milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações, sendo 257.973.457 (duzentas e cinquenta e sete milhões, novecentas e setenta e três mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 10.400.000 (dez milhões e quatrocentas mil) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. **§1º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º -** As ações preferenciais (i) não conferem direito de voto a seus titulares; (ii) conferem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendo anual fixo cumulativo no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação, cujo valor será atualizado monetariamente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que venha a substituí-lo, apurada em base anual na data de 31 de dezembro de cada exercício, iniciando-se a primeira atualização em 31 de dezembro de 2026; e (iii) terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. **§3º -** A sociedade poderá aumentar o capital social, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, respeitado o limite estabelecido na legislação vigente. **Artigo 5º -** Os acionistas, ressalvados os casos previstos em lei, terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 5% (cinco por cento) do lucro líquido respectivo. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 6º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, para fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exijam, observadas as disposições legais aplicáveis. **§Único -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, que escolherá, entre os presentes, o secretário. **Artigo 7º -** Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam descritas em seu nome no livro próprio até 3 (três) dias antes da data da Assembleia Geral. **§Único -** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, na forma da lei, desde que a respectiva procuração seja depositada na sede da Sociedade até 3 (três) dias antes da data da Assembleia Geral. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral Ordinária competirá: **(a)** tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(c)** eleger os membros da Diretoria; **(d)** eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e **(e)** fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores no exercício em curso. **§Único -** Além das demais atribuições previstas na lei e neste Estatuto, caberá à Assembleia Geral de Acionistas, através de proposta encaminhada pela Diretoria, a escolha e a destituição dos auditores independentes da Sociedade. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 9º -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria com plenos poderes, de conformidade com as especificações dos Estatutos Sociais, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Sociedade, desde que não sejam da competência privada da Assembleia Geral, cabendo fazer cumprir a Lei, o Estatuto e as determinações da Assembleia Geral. **Artigo 10º -** A Diretoria compor-se-á de 3 (três) membros, sendo 1 (um) diretor presidente e 2 (dois) diretores sem designação específica. **§1º -** Os diretores serão todos residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos eleitos. **§2º -** No caso de ausência decretada judicialmente ou impedimento temporário de um dos Diretores sem designação específica, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, suas funções serão exercidas cumulativamente pelo outro Diretor sem designação específica até que novo Diretor seja nomeado. **§3º -** Os cargos da Diretoria somente poderão ser exercidos pelos acionistas da Companhia ou pessoas que possuam reputação ilibada, conhecimento técnico necessário ao desempenho de suas funções e que não sejam cônjuge ou parentes de qualquer grau de quaisquer dos acionistas da Companhia, com exceção dos filhos da acionista Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant’Anna. **Artigo 11º -** Compete à Diretoria, além das atribuições previstas em Lei: **(a)** Administrar os negócios da Sociedade, nos limites de suas atribuições e poderes, contratar, transigir, ceder, sub-rogar direitos, contrair obrigações, levantar empréstimos, emitir títulos cambiais, endossar e aceitar duplicatas, notas promissórias e ordens de pagamentos, descontar e caucionar títulos e transferi-los para estabelecimentos bancários, movimentar as contas bancárias da sociedade, assinar e endossar cheques, receber e dar quitações, podendo, em geral, praticar de forma ampla, todos os poderes e atos que a Lei e o Estatuto não reservarem à Assembleia Geral; **(b)** Constituir procuradores ou mandatários com poderes “ad-judicia” ou “ad-negotia” para agir em nome da sociedade, isoladamente ou em conjunto com qualquer membro da Diretoria; **(c)** Deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais, filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior; **(d)** Declarar dividendos intermediários, conforme o disposto no “caput” e §10 do Artigo 19 deste Estatuto; e **(e)** Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, conforme o disposto no §2º do Artigo 19 deste Estatuto. **§1º -** Compete privativamente e isoladamente ao Diretor Presidente a representação da Companhia em atos societários relacionados à sociedade controlada **CCR S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, NIRE 35.300.158.334, CNPJ nº 02.846.056/0001-97 (“**CCR**”) e/ou quaisquer atos relacionados ao Acordo de Acionistas da CCR (“**Acordo CCR**”), perante os demais acionistas partes de tal acordo. Ocorrendo afastamento temporário ou ausência judicialmente declarada, falecimento ou incapacidade absoluta do Diretor Presidente, observar-se-á o disposto no §3º abaixo. **§2º -** Com exceção do mencionado no §1º deste artigo, a prática de todo e qualquer ato do qual deflui responsabilidade para a Companhia, sob pena de não produzir efeitos contra a Companhia, deverá ser realizada: **(i)** pelo Diretor Presidente, isoladamente; ou **(ii)** por 2 (dois) Diretores sem designação específica, agindo sempre em conjunto e observando-se o limite de valores e atribuições definidos neste Estatuto Social. **§3º -** Os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia para prática de atos e obrigações em uma única operação ou uma série de operações consecutivas de mesma natureza, com valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mensais, sendo vedada a prática de atos que importem na alienação de ativos, de bens imóveis, de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e financiamentos, constituição de gravames sobre ativos da Companhia e/ou a representação dos interesses da Companhia na sociedade controlada CCR S.A. Ocorrendo o afastamento temporário do Diretor Presidente por mais de 180 (cento e oitenta) dias, a representação da Companhia será efetuada pela assinatura em conjunto de 2 (dois) Diretores sem designação específica, sem limitação de valores, podendo inclusive representarem os interesses da Companhia na sociedade controlada CCR, sendo, entretanto, vedada a alienação, constituição de gravames ou qualquer outra obrigação sobre as ações de titularidade da Companhia na sociedade controlada CCR. Ocorrendo ausência judicialmente declarada, falecimento ou incapacidade absoluta do Diretor Presidente, a Companhia será representada pela assinatura em conjunto de 2 (dois) Diretores sem designação específica, sem qualquer limitação de valores ou poderes, podendo inclusive representarem os interesses da Companhia na sociedade controlada CCR. **§4º -** Nenhum membro da Diretoria, isolado ou conjuntamente, poderá fazer uso do nome da sociedade em negócios estranhos aos fins, bem como em fianças, avais ou outras garantias a favor ou em benefício próprio ou de terceiros. **Artigo 12º -** Além das demais atribuições previstas na Lei e neste Estatuto Social, competirá ao Diretor Presidente: **(a)** Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo, especialmente para receber citação inicial, podendo, para esse fim, constituir procuradores com poderes específicos; **(b)** Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como coordenar e supervisionar os trabalhos desta; **(c)** Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral; **(d)** Convocar a Assembleia Geral nos termos da Lei. **§Único -** Aos Diretores sem Designação Específica competem auxiliar o Diretor Presidente no exercício dessas atribuições. **Artigo 13º -** A Sociedade, representada na conformidade do artigo 11, §2º, item (i) deste Estatuto e observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, especialmente as limitações previstas no §3º do artigo 11 desse Estatuto Social, poderá constituir mandatário objetivando a prática dos atos e operações expressamente previstos, determinados e especificados no respectivo instrumento de procuração, excetuados expressamente os atos jurídicos mencionados nos Parágrafos 1º e 4º do artigo 11 deste Estatuto. **§1º -** Todas as procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas isoladamente pelo Diretor Presidente ou no caso de afastamento temporário acima de 180 dias, ausência judicialmente declarada, falecimento e incapacidade absoluta do Diretor Presidente, pela assinatura em conjunto de 2 (dois) Diretores sem designação específica. À exceção das procurações outorgadas com poderes “ad-judicia”, todas as outras terão prazo de vigência determinado, que não poderá ultrapassar o do exercício social em que forem outorgadas. Excepcionalmente, o mandato outorgado no último trimestre do exercício social poderá ter seu prazo de duração validado até o último dia do exercício social subsequente. **§2º -** Os procuradores da Sociedade agirão: **(a)** Em conjunto com um Diretor, como regra geral, observadas as limitações dispostas neste Estatuto Social; **(b)** Isoladamente, quando essa condição vier expressamente consignada no instrumento de mandato. **Artigo 14º -** A remuneração da Diretoria e sua eventual participação nos lucros da Companhia serão fixadas pela Assembleia Geral de acionistas. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 15º -** A Sociedade terá um conselho fiscal composto por 3 (três) membros efetivos, que funcionará somente nos exercícios em que for instalado pela Assembleia Geral, a pedido dos acionistas. **Capítulo VI. Do Exercício Social Balanço, Lucros e sua Aplicação. Artigo 16º -** O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 17º -** Encerrado o exercício social, será levantado o balanço respectivo, com observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, para verificar os resultados do período. **Artigo 18º -** Do lucro líquido verificado será deduzida: **(a)** uma parcela de 5% (cinco por cento) desse lucro líquido, destinada à constituição da reserva legal, observado o limite estabelecido em lei; **(b)** uma parcela destinada à constituição de reservas para contingências, na forma da lei; e **(c)** uma parcela destinada ao dividendo obrigatório a que os acionistas, na forma do art. 5º deste Estatuto, têm direito. **§Único -** O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação. **Artigo 19º -** A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou, ainda, correspondentes a períodos menores, e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as disposições legais aplicáveis. **§1º -** A Diretoria poderá, também, declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **§2º -** Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos no creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º §7º da Lei 9.249 de 26/12/95. **Capítulo VII. Da Liquidação. Artigo 20º -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de efetuar-la e nomear o liquidante. **Capítulo VIII. Das Disposições Finais. Artigo 21º -** É expressamente vedado o uso do nome da Sociedade para a outorga de fiança ou aval de favor. **Artigo 22º -** A Assembleia Geral, através de deliberação tomada por maioria absoluta de votos, poderá decidir acerca de fusão, transformação, incorporação, cisão, reorganização societária ou qualquer outro tipo de associação envolvendo a Companhia. **Artigo 23º -** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela lei das Sociedades Anônimas e demais normas legislativas pertinentes.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 07 de novembro de 2022, às 10:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 656.870/22-9 em 11/11/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 13 de outubro de 2022, às 10:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 622.399/22-6 em 19/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 14 de dezembro de 2023, às 09:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 482.626/23-9 de 20/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 19 de dezembro de 2024, às 11:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 451.378/24-6 de 26/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 21 de dezembro de 2023, às 11:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 487.154/23-0 em 27/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 22 de agosto de 2022, às 15:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 451.518/22-6 em 01/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 25 de agosto de 2025, às 09:30 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 292.649/25-3 em 05/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 26 de setembro de 2023, às 12:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 389.975/23-1 em 09/10/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 28 de abril de 2023, às 10:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 214.762/23-3 em 25/05/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 30 de julho de 2024, às 10:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 303.621/24-2 em 14/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Ordinária

realizada em 08 de abril de 2025, às 15:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 120.464/25-1 de 11/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata da Assembleia Geral Ordinária

realizada em 22 de abril de 2024, às 10:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 192.920/24-8 em 30/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata de Reunião do Conselho de Administração

realizada em 01 de setembro de 2022, às 15:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 463.090/22-6 em 08/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata de Reunião do Conselho de Administração

realizada em 01 de novembro de 2024, às 11:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 402.168/24-0 em 05/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19 – NIRE 35.300.525.892

Ata de Reunião do Conselho de Administração

realizada em 07 de março de 2024, às 14:00 horas – Certidão  
Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 103.735/24-0 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/12/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

